

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL – 12ª VARA CÍVEL – FORO CENTRAL CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO - ME230605

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos bens abaixo descritos, ora objetivando a intimação dos executados: **ANDREA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO (CPF Nº 128.866.818-06)**, **FABIO AUGUSTO GENEROSO (CPF Nº 091.476.178-10)**, e o terceiro interessado: **MUNICIPIO DE SÃO PAULO (CNPJ Nº 46.395.000/0001-39)**, em razão da **Ação de Execução Hipotecária do Sistema Financeiro da Habitação, Processo nº 0255597-20.2007.8.26.0100**, em trâmite perante a **12ª Vara Cível – Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, ajuizada por PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA (CNPJ Nº 48.041.735/0001-90)**.

O MM. Juiz de Direito, Dr. Guilherme Rocha Oliva, na forma da lei, **FAZ SABER**, que, fora designada a alienação dos respectivos bens penhorados nos autos, por meio de leilão eletrônico (nos termos do Prov. CSM nº 19/2021, bem como os artigos 879 a 903 do CPC), a ser realizado na plataforma da Gestora Globo Leilões (www.globoleiloes.com.br), conduzido pela **Leiloeira Pública Oficial, Maria Elizabeth Seoanes**, matriculada na Junta Comercial de São Paulo sob nº 682. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no sítio eletrônico supramencionado (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

- 1. Descrição do imóvel 01:** Apartamento nº 05, no 5º andar ou 6º Pavimento, do "Edifício Vitória Regia", à Av. Paes de Barros, nº 1.338, no 33º Subdistrito Alto da Mooca, com a área real de construção de 278,2698m², a área útil de 226,74441m², correspondendo-lhe a fração ideal de 31,4271m², no terreno todo.

Observação: Conforme Laudo de Avaliação carreado as fls. 730, o apartamento está localizado no quinto andar; encerra uma área útil de 226,74 m²; tem duas vagas de garagem; e é composto de ampla sala (com três ambientes), lavabo, sala íntima, dois dormitórios, banheiro, suíte, copa, cozinha, lavanderia e dependências de empregada (dormitório e banheiro).

Matrícula Imobiliária nº		23.369 – 7º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo.		
Inscrição Cadastral nº		032.051.0077-8		
Ônus				
Averbação/Registro	Data	Ato	Processo	Beneficiário
R.09	24.03.2004	HIPOTECA ORIUNDA DESTA DEMANDA	-	PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
AV.10	12.04.2013	PENHORA EXEQUENDA	0255597-20.2007.8.26.0100	PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

- 2. Descrição do imóvel 02:** Uma vaga de garagem do "Edifício Vitória Regia", à Av. Paes de Barros, nº 1.338, no 33º Subdistrito do Alto da Mooca, com a área real de construção de 23,942633m², a área comum de 2,442794m², correspondendo-lhe a fração ideal de 1,489936m², no terreno todo. Vaga essa em local indeterminado

Matrícula Imobiliária nº		23.370 – 7º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo.		
Inscrição Cadastral nº		032.051.0077-8		
Ônus				
Averbação/Registro	Data	Ato	Processo	Beneficiário
AV.09	02.05.2019	PENHORA EXEQUENDA	0255597-20.2007.8.26.0100	PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

- 3. Descrição do imóvel 03:** Uma vaga de garagem do "Edifício Vitória Regia", à Avenida Paes de Barros, nº 1.338, no 33º Subdistrito do Alto da Mooca, com a área real de construção de 23,942633m², a área comum de 2,442794m², correspondendo-lhe a fração ideal de 1,489936m², no terreno todo. Vaga essa em local indeterminado.

Matrícula Imobiliária nº		23.371 – 7º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo.		
Inscrição Cadastral nº		032.051.0077-8		
Ônus				
Averbação/Registro	Data	Ato	Processo	Beneficiário
AV.09	02.05.2019	PENHORA EXEQUENDA	0255597-20.2007.8.26.0100	PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Localização: Avenida Paes de Barros, nº 1338, Parque da Mooca, São Paulo/SP – CEP: 03114-000.

Valor de avaliação do imóvel com suas respectivas vagas de garagem: R\$ 1.060.000,00 (Fevereiro/2023) – Laudo de Avaliação às fls. 730.

Valor de avaliação atualizado: R\$ 1.084.586,25 (Junho/2023). O valor de avaliação será atualizado à época das praças, por meio do índice do E. TJ/SP.

Débito tributário: R\$ 105.944,43 (Junho/2023). O débito tributário será sub-rogado no valor da arrematação, conforme dispõe artigo 130, do Código Tributário Nacional.

Débito exequendo: R\$ 353.928,38 (Junho/2023).

Débito condominial: R\$ 169.650,32 (Junho/2023).

DATAS DAS PRAÇAS: 1ª Praça terá início em 06 de novembro de 2023 às 14:00 horas, e se encerrará 09 de novembro de 2023, às 14:00 horas. Não havendo lance igual ou superior à avaliação, nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a 2ª Praça seguir-se-á, iniciando-se em 09 de novembro de 2023, às 14:00 horas, e se encerrará 29 de novembro de 2023 às 14:00 horas.

CONDIÇÕES DE LANCES E PROPOSTAS: Será considerado arrematante aquele que ofertar lance igual ou superior a 60% do valor da avaliação atualizado. Caso não haja lance para pagamento à vista nas praças realizadas, serão admitidas propostas de arrematação parcelada, exclusivamente por meio do sítio da Gestora - www.globoleiloes.com.br (nos termos do Art. 22, parágrafo único, da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para efetivação, será necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses. O saldo devedor sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta, todas serão destinadas a apreciação do MM. Juízo da causa, prevalecendo a de maior valor, ou melhores condições (artigo 891, parágrafo único; e artigo 895, §§ 1º ao 8º, todos do CPC).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil, gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida, com as parcelas vincendas (895, § 4º, do CPC). Ainda, se o exequente arrematar o bem, e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa deste (artigo 892, §1º, CPC).

PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente, e em igualdade de oferta, terão preferência na aquisição dos bens, o devedor ou seu cônjuge, o companheiro, o descendente ou o ascendente do executado, e os coproprietários (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

COMISSÃO DA LEILOEIRA: O arrematante deverá pagar o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. Este valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem; e pelo executado nos casos de acordo e remição. Deverá ser paga mediante DOC, TED, depósito em dinheiro ou Pix, no prazo de 24 horas a contar do encerramento do leilão, na conta bancária da Leiloeira Oficial, a ser indicada após a arrematação (artigo 884, parágrafo único, do CPC; artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ; e artigo 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32). Ainda, a devida comissão não será devolvida ao arrematante, salvo se, a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade deste.

INADIMPLEMTO: Caso não efetuado no prazo estipulado, o depósito da oferta e/ou o pagamento da comissão da leiloeira, esta comunicará o MM. Juízo responsável, que apreciará os lances imediatamente anteriores, ora sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do CPC, ao arrematante remisso. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação, ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, §5º do CPC).

DESISTÊNCIA: Inexistindo prévio motivo para desistência do arrematante, poderá ser configurado fraude em leilão. Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente (art. 186 e 927, do Código Civil, e art. 358 do Código Penal), ficando ainda obrigado a pagar a título de multa, o valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, em favor da leiloeira, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa. Poderá ainda, a leiloeira emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

CANCELAMENTO DO LEILÃO: Havendo cancelamento ou suspensão das hastas após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pela leiloeira, a serem pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento.

DESPESAS: Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, correrão por conta do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

VENDA EM CARÁTER “AD CORPUS”: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

DÉBITOS: O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

ALIENAÇÃO PARTICULAR: Objetivando a celeridade, economia e efetividade processual, na eventualidade de restar negativo o leilão em apreço, a leiloeira ficará autorizada a prosseguir com a venda, por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo máximo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo proposta de compra à vista ou parcelada, do correspondente ativo, esta será submetida, imediatamente, à apreciação e aprovação do MM Juízo; encerrando o prazo supramencionado.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Através do e-mail: atendimento@globoleiloes.com.br, ou telefones, Fixo: (11) 3181-6109 e Whatsapp: (11) 94490-6874. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita exclusivamente pelo sítio eletrônico da Globo Leilões: www.globoleiloes.com.br/, cujo endereço profissional é a Avenida Paulista, nº 1079 - 7º e 8º Andar - Bela Vista - CEP: 01311-200 - São Paulo – SP.

A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (Art. 889, parágrafo único, do CPC). Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 11 de julho de 2023.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. GUILHERME ROCHA OLIVA
JUIZ DE DIREITO